



“GENTE JOVEM REUNIDA” MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS NO BRASIL EM 1968

Valéria Aparecida Alves ⁱ

Professora Adjunta do Departamento de História
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

RESUMO

O texto apresenta o contexto histórico vivido no Brasil em 1968, com ênfase nas manifestações do movimento estudantil – suas reivindicações, os debates sobre a reforma universitária –, a repercussão na imprensa – *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa* –, e a ampliação das medidas de cerceamento das liberdades, culminando na edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

Palavras-chave: Ditadura Militar; 1968; Movimento estudantil; Imprensa; AI-5.

ABSTRACT

This text is focused on the historical context of 1968 in Brazil, especially on manifestations from the student movement. Using sources from press - *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* and *Tribuna da Imprensa* -, it analyses the students claims and debates about university restructuring and follows all the escalate of government measures against freedom, concluding with the edition of AI-5, on December 13th of 1968.

Keywords: Military Dictatorship; 1968; Student Movement; Press; AI-5.

Introdução

A década de 1960 foi marcada pela efervescência das discussões políticas, econômicas, sociais e culturais. O Brasil e o mundo, pós Segunda Guerra Mundial, sofriam os impactos das transformações econômicas, desenvolvimento tecnológico, urbanização e efeitos da Guerra Fria. O comunismo marcava os debates e contribuiu para o desenvolvimento de ideias e posicionamentos contrários e de defesa.

A classe média, em ascensão desde a década de 1950, impulsiona o mercado consumidor de bens e serviços, bem como, expande o número de universitários, que contribuíram para a ampliação dos debates em torno dos mais diversos temas.

As universidades tornaram-se locais privilegiados de movimentos contestatórios, o que explica o protagonismo dos estudantes universitários nos acontecimentos de 1968.

Dentre as reivindicações estudantis destaca-se a reforma universitária, sobretudo a ampliação de vagas no ensino superior público. Intensos debates nas universidades marcaram o período. As manifestações de rua exigiram do governo, ações para “solucionar” as questões estudantis, em especial a situação dos “excedentes”.

No Brasil, e em diversos países, o clima de tensão chegava ao seu auge em 1968. As mobilizações da oposição ao governo autoritário, instalado desde 1964, avançam e somavam apoio

de diversos setores, sobretudo da classe média, entre os quais destaca-se os estudantes secundaristas e universitários, como também, artistas, intelectuais, parlamentares e o clero. E, à medida que as manifestações da oposição eram reprimidas – com dura violência – e difundidas pela imprensa, a opinião pública dividia-se entre o discurso contrário às medidas autoritárias e o apoio ao Estado autoritário.

“Já faz tempo eu vi você na rua”

Em 1968, conforme descrito, os estudantes protagonizaram manifestações de rua em todo o país, marcando o período com reivindicações de reforma universitária, rejeição aos acordos MEC-USAID e oposição ao Estado Autoritário. Embora as manifestações estudantis do ensino secundário, também tenham marcado o período, no texto ora apresentado a discussão focaliza as ações dos estudantes universitários. “No Brasil, apesar da violência da repressão, os anos que se seguiram ao golpe de Estado de 1964 foram marcados por muitas manifestações de oposição à ditadura, sobretudo por parte do movimento estudantil” (GOIRAND, 2018, p.118). 296

Dentre tais acontecimentos, destaca-se o assassinato do jovem secundarista, Edson Luís Lima Souto, de 18 anos, nos protestos da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço – FUEC -, no Rio de Janeiro, em 28 de março daquele ano:

[...] Logo depois de baleado, provavelmente já morto, Edson Luís foi levado pelos colegas à Santa Casa de Misericórdia, vizinha do Calabouço, para evitar que a política sequestrasse o corpo. Confirmada a morte, os estudantes ergueram o cadáver nos braços e, usando-o como aríete, foram empurrando os policiais até a Assembleia Legislativa. Elinor Brito, presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço – FUEC -, relataria a cena, mais tarde, com dispensável realismo: *Eles queriam tomar o corpo da gente e impedir a entrada na Assembleia. A gente disse: “Tá morto, a gente bate com a cabeça do Edson na barriga dos policiais e eles vão recuando”. E eles foram dando para trás.* (VENTURA, 2008a, p. 94).

Apesar da instauração das medidas autoritárias, a imprensa noticiou com ênfase a morte do estudante, denunciando a violência utilizada pelo aparato autoritário e contribuindo para ampliar o clima de comoção. O jornal *Correio da Manhã*, destacou o acontecimento na primeira página, com a manchete: “Polícia Militar mata estudante”. E, no texto da matéria frisava-se:

A Polícia Militar da Guanabara transformou, ontem, à noite, as imediações do novo restaurante do Calabouço em verdadeira praça de guerra, matando um estudante, ferindo outro e mais um servidor do INPS, após vários choques da corporação invadirem o local onde grupos de estudantes discutiam a realização, hoje, de uma passeata, de protesto contra as condições de higiene do restaurante.

Depois de espancar mças e rapazes, os policiais os puseram em fuga, fazendo vários disparos, um dos quais atingiu mortalmente Edson Luís Lima Souto, de 18 anos, cujo corpo foi levado por seus colegas para a Assembleia Legislativa, de onde saíra, hoje, às 17h30 min, o seu enterro.

O Tenente Alcindo Costa, do Batalhão Motorizado da PM, foi o autor do disparo que atingiu Edson. Os feridos são Frazão Dutra, estudante, e um servidor do INPS, atingido com uma bala na boca, quando

assistia à luta da janela de sua repartição [...] (Jornal *Correio da Manhã*, 29 de março de 1968, 1ª Página).

O clima de comoção e a solidariedade de diversos setores era, também, enfatizado. Na coluna assinada por Arthur José Poerner, intitulada “Da Primavera ao Outono de Sangue”, o autor ressaltava a mobilização de estudantes e artistas:

[...] Todos os Diretórios Centrais Acadêmicos e entidades secundaristas comparecerão hoje à Assembleia Legislativa para acompanhar o corpo do estudante Edson Luís ao Cemitério São João Batista. Os artistas de teatro empenhados no movimento contra a Censura reuniram-se ontem após os espetáculos para tomar posição diante dos fatos que culminaram com a morte de um estudante. Antes de cada espetáculo, os elencos de *Capeta em Caruaru*, *Roda Viva*, *Dois Perdidos Numa Noite Suja* e *O Apartamento*, leram manifesto de protesto contra os últimos acontecimentos e convidaram o público a comparecer ao sepultamento do estudante morto, “em apoio ao protesto que já não é só dos estudantes, mas de todo brasileiro” (Jornal *Correio da Manhã*, 29 de março de 1968, p. 20).

297

A morte do jovem estudante desencadeou uma série de protestos contra o governo autoritário. A autópsia e o velório foram realizados na Assembleia Legislativa e o enterro, que contou com a participação de cerca de 50 mil pessoas, acirrou o clima de oposição ao governo autoritário. Em meio ao clima de comoção, o movimento estudantil capitaneou as manifestações de protesto que se tornaram emblemáticas no Brasil.



O cadáver de Edson Luís estava coberto com a Bandeira Nacional, outra do Calabouço e cartazes escritos em folhas de caderno, deixando no o peito varado a bala

Foto: *Jornal do Brasil*, 29 de março de 1968 – capa.

Desafiando as autoridades que impunham medidas de cerceamento das manifestações, estudantes, clero, artistas, intelectuais e operários intensificavam o discurso de oposição e articulavam ações no sentido de desestabilizar e derrotar o autoritarismo. E, para conter o avanço da oposição, o governo autoritário adotava medidas que ampliavam o cerceamento das liberdades e intensificava a violência.

Mesmo sob proibição anunciada pelo Ministro da Justiça – Luís Antônio da Gama e Silva -, em 4 abril de 1968, realizou-se no Brasil, em diversas capitais, missa de sétimo dia, em memória ao estudante Edson Luís e como forma de protesto contra o governo militar, numa clara manifestação de enfrentamento e mobilização.

Sobre o clima de tensão vivido naqueles dias, o jornal *Correio da Manhã*, estampava na primeira página a manchete: “Estado de sítio será decretado se houver manifestações hoje” e,

ainda, desfrutando de relativa liberdade de imprensa, o texto evidencia o posicionamento dos editores, em tom crítico, apelando para a manutenção dos dispositivos constitucionais e repudiando as medidas adotadas pelo governo, nos seguintes termos:

298

ADVERTÊNCIA

A Nação amanhece inquieta, sentindo o perigo da supressão das liberdades que ainda lhe restam.

Um inédito dispositivo militar foi acionado na simples suposição de que os jovens renovem o seu protesto contra o selvagem assassinato do estudante Edson Souto, no restaurante Calabouço. Diante da simples expectativa desse protesto, fato elementar em qualquer país civilizado e, entre nós, garantindo pelo artigo 150 da Constituição ainda em vigor, os “ultras” do Governo federal transformaram a cidade numa praça de guerra. Em cima desse aparato bélico montaram a ameaça do estado de sítio, da efetiva intervenção na Guanabara (já ocupada por tropas federais) e de outras medidas que qualificam “da maior envergadura”. Do pânico semeado desde a tarde de ontem aprestam-se para passar à destruição dos últimos direitos que assistem

ao povo deste país [...] (Jornal *Correio da Manhã*, 04 de abril de 1968, 1ª página).

Sobre a ação das forças repressivas, contra os manifestantes reunidos na Igreja da Candelária, na Praça Pio X, na região central do Rio de Janeiro, ressalta-se:

Foi logo depois da comunhão, quando a missa estava no final, que começaram a chegar ao altar-mor os inquietantes ruídos de

cascos de cavalos pisoteando o asfalto. Eles vinham misturados ao ranger de freios de viaturas policiais, ao ronco de um avião que sobrevoava o local e a ordens militares gritadas. O conjunto produzia uma sonoplastia de guerra. E era um pouco isso que acontecia em frente da Igreja da Candelária no começo da noite de 4 de abril – uma guerra que tinha começado de manhã e que ameaçava recomeçar agora. Antes de chegar ao altar, os ruídos haviam passado naturalmente pela nave do templo, provocando, primeiro uma espécie de paralisia, depois um início de pânico (VENTURA, 2008a, p. 108).



Foto: Jornal *Correio da Manhã*, 05 de abril de 1968, p. 8.

No dia seguinte, o jornal *Correio da Manhã*, manteve o tom crítico, apresentando matéria extensa – com 12 páginas - sobre o ocorrido na Igreja da Candelária. E, evidenciando o clima de violência instaurado no mundo inteiro, o periódico, também, noticiava a morte do líder pacifista dos direitos civis nos Estados Unidos – Martin Luther King:

ASSASSINADO LUTHER KING

O pastor negro e Prêmio Nobel da Paz de 1964, Martin Luther King, de 39 anos de idade, principal expoente da não-violência na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, morreu ontem no Hospital St. Joseph, de Memphis, no Tennessee, depois de ser baleado por um franco atirador no Hotel Lorraine, no centro da cidade. O pastor Andrew Young, vice-presidente da Conferência Meridional de Dirigentes Cristãos, da qual Luther King era presidente, disse que a bala assassina atingiu King no pescoço e na parte inferior do rosto, acrescentando que o líder dos direitos civis, a partir desse momento, “não disse uma palavra e nem se moveu mais” [...] (Jornal *Correio da Manhã*, 05 de abril de 1968, 1ª página).

Após as manifestações em torno do assassinato do estudante Edson Luís, nota-se o aumento do uso da violência, tanto das autoridades quanto dos movimentos estudantis, que passaram a utilizar a estratégia do enfrentamento, acirrando o clima de tensão e a ameaça do decreto de estado de sítio, em razão da ampliação dos tumultos em todo o país. A linha-dura pressionava, cada vez mais, o general-presidente Artur da Costa e Silva a adotar medidas mais severas no combate às ações “subversivas”.

Em ambiente tenso e convulsionado pelas agitações, as comemorações do 1º de maio – Dia do Trabalho – tornaram-se palco para manifestações de estudantes e operários contrários ao governo. O clima de terror aumentava e, inúmeras prisões foram realizadas em todo o país. Em São Paulo, registrou-se um dos maiores tumultos, quando o governador Abreu Sodré foi agredido por manifestantes. A opinião pública repudiava a violência e argumentava que tais medidas dificultavam o caminho rumo à democratização:

TESTEMUNHO

[...] Foi exatamente em São Paulo que se concentrou o esforço para perturbar e comprometer o processo democratizante. Quem está convencido de que o degelo político é uma necessidade vital para este País estará enganando-se a si mesmo, se quiser reduzir a gravidade dos acontecimentos na capital paulista. A causa da abertura democrática só terá a perder com a subestimação das ocorrências na Praça da Sé, quando o governador praticamente impedido de falar ao povo e aos

trabalhadores, sendo obrigado a abandonar o palanque oficial que foi ocupado pelos arruaceiros e depois queimado. Desfiles, comícios improvisados e depredações se seguiram à violência. Mas a descrição do quadro seria incompleta se não se destacasse que, mesmo nessas circunstâncias, São Paulo não permitiu que o radicalismo pudesse jogar com um cadáver para a agitação ulterior. Mesmo naquele momento difícil de perplexidade, quando o próprio chefe do Executivo se viu atingido, pessoalmente, o govêrno paulista não fez o jôgo dos provocadores [...] (Jornal *Correio da Manhã*, 03 de maio de 1968, p. 6).

Em clima de acirramento das tensões e gradativo aumento da violência, o mês de junho de 1968 foi marcado por manifestações estudantis – passeatas e comícios – que protestavam contra os acordos MEC-USAID. Prisões e demais medidas eram adotadas pelo governo Costa e Silva, dentre as quais destaca-se o “Decreto de 180 dias”, que estabelecia a necessidade de cumprimento de 180 dias letivos para o aluno ser considerado aprovado em seu curso. A medida visava desmobilizar o movimento estudantil e encerrar a onda de greves e passeatas. A situação era tão grave que as autoridades acenavam com a possibilidade de estabelecer diálogo com os estudantes:

LINHA DURA DEFENDE DIÁLOGO COM JOVEM

Coronéis da linha dura defenderam ontem a necessidade de urgente diálogo do Govêrno com os estudantes, enquanto o secretário de Segurança Pública da Guanabara, general Luiz França, afirmava que nas manifestações de terça-feira, 60% dos participantes eram elementos agitadores já fichados na polícia. O pronunciamento dos oficiais da linha dura foi feito após reunião, na Guanabara, na qual manifestaram a opinião de que “o Govêrno deve dar prioridade absoluta ao

equacionamento e solução do problema estudantil, que vem se transformando em fator de inquietação para a vida nacional” (Jornal *Correio da Manhã*, 13 de junho de 1968, p. 3).

Contudo, o diálogo não foi estabelecido e as manifestações ganhavam fôlego e a agitação persistia:

[...] Enquanto isso, populares eram confundidos como *[sic]* estudantes. Também apanhavam, também recebiam jatos d’água e sofriam os efeitos das bombas de gás lacrimogêneo. Se protestavam, eram agarrados e conduzidos à força para as camionetes *[sic]* da DOPS, naturalmente para serem fichados como subversivos. Houve casos hilariantes, como a vez em que uma senhora, cega pelo gás, procurava fugir do recinto e deu um encontrão num soldado da PM. Êste, pensando que estava sendo agredido, não conversou e deu um tabefe na mulher, que não tinha, naquela hora a quem se queixar ... O centro da cidade virou imediatamente um campo de guerra. Ninguém era de ninguém (Jornal *Tribuna da Imprensa*, 20 de junho de 1968, p.3).

O auge da violência foi vivenciado no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1968, quando após tentativa frustrada de negociação entre estudantes e o ministro da Educação – Tarso Dutra -, a repressão foi extrema, resultando em quatro mortos. O episódio ficou conhecido como “Sexta-feira sangrenta”. Mais uma vez, as medidas repressivas foram condenadas pela opinião pública e a gravidade da situação, denunciada:

“QUATRO MORTOS NAS LUTAS DE RUA
GOVÊRNO NÃO PENSOU EM SÍTIO”

Decisão

A Nação está sobressaltada. Os acontecimentos da Guanabara lançaram-na

anarquia. Interrompeu-se o trabalho. Generalizou-se a insegurança. Estudantes e população perderam a garantia à liberdade e à vida. Sangue e morte foi o saldo dos episódios de ontem. A violência apossou-se de repressores e reprimidos. O País destrói o seu presente e compromete o seu futuro. Os jovens reivindicam melhores condições de estudo, revisão da estrutura do ensino, maiores possibilidades de acesso à Universidade. Ao reclamar a renovação da estrutura universitária deixam claro que não desejam trocar a sala de aula pelas tropelias de rua. Mas o Governo não se mostrou à altura dos anseios dos jovens. Às suas aspirações respondeu até agora com a inércia. Da inércia, passou à repressão. À repressão lançou-nos à beira do caos.

Recusamos a alternativa da violência que o Governo propõe como resposta à impaciência dos jovens. Repelimos a descida à anarquia.

Chega (Jornal *Correio da Manhã*, 22 de junho de 1968, 1ª página).

O episódio foi, amplamente, divulgado pela imprensa. Descrevendo um cenário de 301 “guerra”, com barricadas e violência generalizada, a matéria do jornal *Correio da Manhã*, identificava os mortos e denunciava, ainda, a agressão sofrida por jornalistas e fotógrafos de diversas redações, além de enfatizar a violência desmedida utilizada na ação:

[...] Até as primeiras horas de hoje, quatro mortes e mais de mil prisões estavam confirmadas: da comerciária Maria Ângela Ribeiro, 22 anos, baleada na cabeça por um PM, na esquina das ruas Santa Luzia e México; do policial Néelson de Barros, atingido na cabeça por pedras ou barras atiradas de uma construção; e de mais dois jovens – um deles estafeta [mensageiro] de uma companhia telegráfica – ambos baleados nas barricadas da Avenida Rio Branco. O estafeta João Joaquim da Silva Neto faleceu na Casa de Saúde Santa Teresinha. O policial, na sala de curativos do Hospital Souza Aguiar. Maria Ângela não chegou a ser removida para o hospital. Quanto ao quarto jovem – apesar da certeza

da morte – as demais informações eram ainda imprecisas.

[...] Nas barricadas que ergueram ao longo da Avenida Rio Branco e transversais, os estudantes enfrentaram com paus e pedras a fuzilaria policial, as cargas de cavalaria, as bombas e as patas de cavalos. Os soldados da Polícia Militar e agentes do DOPS atingiram indiscriminadamente homens e mulheres, moços e velhos. Até crianças.

O fotógrafo Rubens Seixas, do CORREIO DA MANHÃ, foi agredido a golpes de sabres, cassetetes e chutes – sob ordens de um capitão da PM – tendo a máquina e 10 filmes destruídos. Evandro Teixeira, do *Jornal do Brasil*, levou uma coronhada na cabeça [...] (*Jornal Correio da Manhã*, 22 de junho de 1968, p. 2).

Contudo, as medidas de extrema violência, ao invés de desmobilizar o movimento estudantil, repercutiram na intensificação das ações. Em protesto e com a finalidade de denunciar os últimos acontecimentos e reivindicar a liberdade dos presos, lideranças estudantis organizaram uma passeata para o dia 26 de junho de 1968, que em razão do clima de perplexidade, com a violência do governo autoritário, contou com a solidariedade de diversos setores da sociedade, entre os quais frisa-se: o clero, operários, artistas e intelectuais.

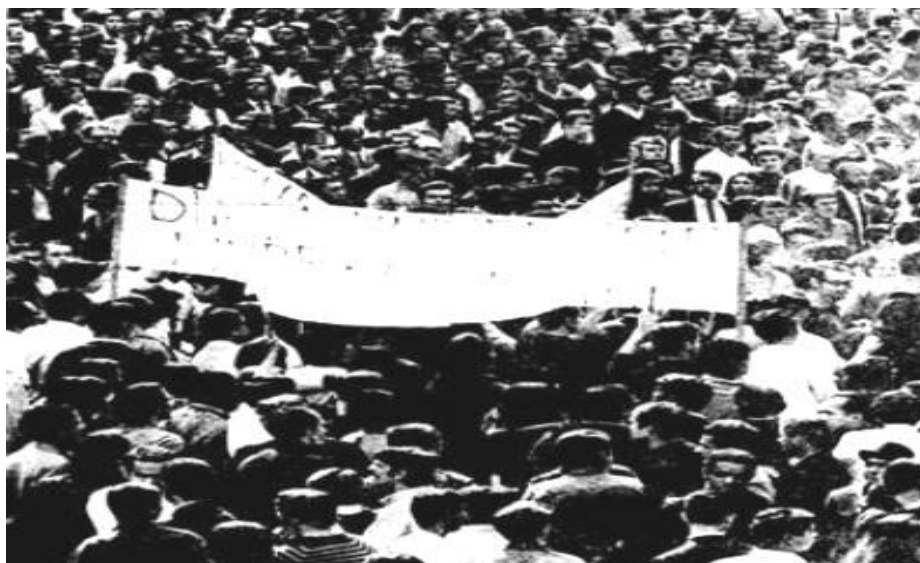
A concentração ocorreu na Praça Floriano, na Cinelândia, em frente à Assembleia Legislativa, seguiram pela avenida Rio Branco, na altura do Teatro Municipal e foi encerrada na Praça XV. A imprensa ressaltou o acontecimento, enfatizando o clima pacífico da manifestação, em clara referência de apoio aos participantes:

MARCHA DO POVO REÚNE CEM MIL

Por seis horas, mais de 100 mil cariocas protestaram contra o Governo, apoiando o movimento dos estudantes que, conforme o previsto, foi sem incidentes, com dezenas de discurso de universitários, operários, professores e padres, que definiram “o compromisso histórico da Igreja com o povo”.

Com perfeito dispositivo de segurança, os estudantes garantiram a realização da passeata, sem depredações, chegando a prender e soltar um policial que incitava a que fosse apedrejado o prédio do Conselho de Segurança Nacional. A concentração começou às 10 horas, com os primeiros grupos de padres e estudantes, sem qualquer policiamento ostensivo.

Entre os primeiros oradores estava o representante da Igreja, ressaltando que “calar os moços é violentar nossas consciências” [...] (*Jornal Correio da Manhã*, 27 de junho de 1968, 1ª página).



“Marcha Pacífica reúne mais de 100 mil na GB” – Manchete.

Foto: *Jornal Tribuna da Imprensa*, 27 de junho de 1968 – capa.

A manifestação foi pacífica, e não sofreu repressão policial. O ministro da Justiça, utilizou o fato para afirmar que o país vivia sob o regime democrático – em que vigorava a liberdade de expressão – e que a passeata representava uma “agressão” ao governo, conforme destaque:

O ministro da Justiça, Sr. Gama e Silva, em nota divulgada pela sua assessoria de imprensa, comenta a passeata dos estudantes e indaga: “Por que Ditadura, se os manifestantes puderam, desrespeitando uma lei que é de 1950, se organizar livremente durante mais de sete horas para agredir o Governo, atacar as autoridades sem serem molestados?” [...] (*Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1968, 1º Caderno, p. 5).

“E o povo inteiro, o que desfilava na avenida, o que aplaudia nas calçadas, o que atirava papel picado das janelas dos edifícios, uníssono afirmava: ‘O povo organizado derruba a Ditadura’” (*Jornal Tribuna da Imprensa*, 27 de junho de 1968, p. 10).

À medida que as manifestações estudantis, com adesão de setores da sociedade, avançavam, ministros, governadores e militares pressionavam o general-presidente Costa e Silva, a adotar medidas mais severas, no sentido de garantir a ordem. Assim, as investidas contra o movimento estudantil eram ampliadas. E, em 29 de agosto de 1968, o campus da Universidade de Brasília – UnB -, foi invadido por uma operação que reunia a Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia do Exército, DOPS e SNI.

A ação visava o cumprimento de mandados de prisão. Mais uma vez, a violência foi destaque na imprensa:

POLÍCIA INVADE UNIVERSIDADE EM BRASÍLIA: QUATRO FERIDOS

Barras de ferro, paus, pedras e armas de fogo foram usados, ontem na Capital Federal, durante a violenta luta travada entre universitários e as forças de repressão – Polícia Militar, DOPS, Polícia Federal – quando os policiais invadiram o campus da Universidade Nacional de Brasília, em busca de estudantes que estavam com a prisão preventiva decretada, entre eles Honestino Guimarães. Participaram da invasão 30 radiopatrulhas, duas companhias da PM, agentes do DOPS, SNI e mais doze choques da Polícia do Exército – que cercaram toda a UnB. Os policiais arrombaram salas de aulas, espancaram alunos, professores, um deputado, e tentaram bater até num major do Exército que estuda na Universidade. Há quatro estudantes feridos, sendo que o jovem Waldemar Alves da Silva, da Faculdade de Tecnologia, recebeu um projétil de arma, calibre 45, na região frontal, estando entre a vida e a morte no hospital distrital [...] (*Jornal Correio da Manhã*, 30 de agosto de 1968, 1ª página).

303

Os protestos em solidariedade aos colegas da UnB, repercutiram em todo o país, acirrando, portanto, o clima de agitação e tensão.

Parlamentares do MDB e ARENA repudiaram a ação e afirmavam-se indignados com a violência policial, pressionando o governo autoritário a tomar medidas que garantissem a ordem. A indignação que se seguiu aos atos cometidos na UnB, pressionavam o governo Costa e Silva a adotar regras no sentido da apuração dos fatos e punição aos envolvidos. A

repercussão dos atos de violência cometidos contra estudantes e professores, geraram expectativas de renúncia do Ministro da Justiça, do diretor do Departamento de Polícia e, do reitor da Universidade – Caio Benjamin Dias:

Brasília (Sucursal) – O Ministro Gama e Silva e o diretor do Departamento de Polícia General Bretas Cupartino deverão colocar, hoje, seus cargos à disposição do presidente Costa e Silva, para facilitar a solução da crise eclodida com a invasão da Universidade de Brasília.

Essa informação era corrente na noite de ontem, na Câmara, embora nenhum dos líderes arenistas pudesse confirmá-la.

No encontro que deverá ter com presidente Costa e Silva, segundo se anuncia, o reitor da Universidade de Brasília também colocará seu cargo à disposição do Governo, não apenas pelo fato de discordar frontalmente da ação desenvolvida pela Polícia Federal, mas também por que não pretende ser um obstáculo à solução da presente crise.

Enquanto isso, em alguns setores governistas comentava-se ontem, com alguma irritação, os termos da nota oficial divulgada pelo Ministro Gama e Silva, eximindo-se de qualquer responsabilidade pela invasão policial da Universidade. Entendem – sem entrar no mérito do problema – que se houve um erro na esfera de competência do Ministro da Justiça, mesmo que à revelia do titular da pasta, este deveria arcar com as consequências, e jamais procurar dividir as responsabilidades (Jornal *Correio da Manhã*, 3 de setembro de 1968, p.3).

Dentre as manifestações de repúdio aos atos cometidos na UnB, vale ressaltar o discurso do deputado federal do MDB – Márcio Moreira Alves -, na Câmara dos Deputados. O deputado convidava a população a não comparecer às paradas militares nas comemorações de 7 de setembro e, solicitava às mulheres – moças, namoradas e noivas – que não dançassem com os cadetes e não frequentassem suas festas. O

discurso foi considerado ofensivo pelas Forças Armadas, que pressionaram o governo Costa e Silva para puni-lo. O pedido de suspensão dos direitos políticos do deputado foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal e, após, seguiu para a Câmara dos Deputados, aumentando o clima de tensão que o país vivia.

E, neste contexto, os estudantes mantinham os protestos e, aproveitavam todas as oportunidades para realizar manifestações, como o ocorrido na sessão pública de defesa de tese de doutoramento, ocorrida na Universidade de São Paulo – USP -, cuja banca examinadora era composta por representantes do Estado Autoritário, conforme matéria em destaque:

304

POLÍCIA CERCA UNIVERSIDADE E PRENDE ESTUDANTES

São Paulo (Sucursal) – O ministro da Fazenda, sr. Delfim Neto, e os ex-ministros do Governo Castelo Branco, srs. Otávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos, foram vaiados, ontem nesta capital, quando participavam de uma banca examinadora que julgava a tese de um candidato ao título de doutorando na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo. Os estudantes, liderados por Luís Travassos e Êdson Soares, diretores da UME, invadiram a plateia até então vazia [*sic*], ocupando-a totalmente [...] Quando o presidente da comissão examinadora interrompeu os trabalhos, anunciando 10 minutos de intervalo, os estudantes, porém, como num estouro de boiada, prorromperam em estrodozas [*sic*] vaias e gritos de “Uuuu, Fora, vendidos!” e outras frases [...] os estudantes, contudo, antes que a polícia chegasse, abandonaram o local às pressas (Jornal *Tribuna da Imprensa*, 22 de setembro de 1968, p. 7).

No início de outubro, em São Paulo, estudantes universitários e secundaristas

realizavam um “pedágio” na rua Maria Antônia – para arrecadar fundos para participar do XXX Congresso da UNE -, onde estava situado o prédio do curso de Filosofia da Universidade de São Paulo – USP -, ocupado por estudantes. A ação desencadeou o episódio conhecido como “Batalha na rua Maria Antônia”, com agressões que envolveram alunos da USP e a Universidade Presbiteriana Mackenzie, situada na mesma rua. Em meio à “guerra” travada, o estudante secundarista José Guimarães, de 19 anos, foi morto, atingido por um tiro no ouvido. O corpo do rapaz foi sepultado às pressas, pois a ordem policial era evitar protestos, semelhantes ao episódio da morte de Edson Luís:

A DE SP LUTA A PAU NO MACKENZIE

SÃO PAULO (Sucursal) – Uma batalha campal de cêrca de três horas, com o emprêgo de pedras, paus, ácido sulfúrico e amoníaco, foi travada ontem entre os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e grupos de extrema direita da Universidade Mackenzie.

Dez estudantes saíram feridos da luta, alguns para o hospital, com ferimentos mais graves, outros com cortes provocados por pedradas, além de uma aluna com a perna corroída por ácido.

A guerra começou as 10h e 30min e só terminou às 14h, quando uma tropa de choque da Guarda-Civil, com setenta homens, ocupou os jardins da Universidade Mackenzie. As duas escolas situadas uma em frente à outra, na rua Maria Antônia, estão com os vidros da frente totalmente esfacelados, e por todo quarteirão adjacentes os tijolos quebrados, vidros, paus espalhados pela via pública dão impressão de uma guerrilha urbana [...] (Jornal *Correio da Manhã*, 3 de outubro de 1968, p. 9).



Foto: *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1968 – capa.

Em 12 de outubro de 1968, o movimento estudantil sofreu enorme derrota, com a interdição do XXX Congresso da UNE, realizado no sítio Murundu, no município de

Ibiúna, no interior de São Paulo. Na ocasião, mais de mil estudantes foram presos - inclusive as lideranças: José Dirceu, Vladimir Palmeira e

Luiz Travassos – e incursos na Lei de Segurança Nacional, artigo 36:

Fundar ou manter, sem permissão legal, organizações de tipo militar, seja qual fôr o motivo ou pretexto, assim como tentar organizar partido político cujo registro tenha sido cassado ou fazer funcionar partido sem o respectivo registro, ou, ainda associação dissolvida legalmente, ou cujo funcionamento tenha sido suspenso: Pena – detenção, de 1 a 2 anos. (Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, D.O.U. – seção 1, p. 2993).

“O congresso, embora não tenha sido percebido assim na época, foi um ponto final na experiência política que os estudantes brasileiros estavam vivendo. Encerrou uma fase importantíssima do movimento estudantil brasileiro” (ARAÚJO, 2007, p.185).

Sobre o Congresso da UNE e o movimento estudantil, vale destacar que as principais forças políticas estavam representadas pela coligação da Ação Popular – AP e o Partido Comunista do Brasil – PC do B -, e as dissidências do Partido Comunista Brasileiro – PCB, principalmente a Dissidência da Guanabara. E, dentre as divergências, salienta-se que:

[...] Com o início do congresso, as pessoas se deram conta da situação e começaram a discutir se desmobilizavam ou não o congresso. A AP queria desmobilizar. Mas a Dissidência não queria, pois se o congresso fosse desmobilizado não haveria novas eleições para a diretoria da UNE e a antiga direção – que era da AP – permaneceria. A polícia chegou antes que a decisão fosse tomada. Toda a direção política do movimento estudantil brasileiro foi identificada, fichada e presa (ARAÚJO, 2007, p. 186).

Segundo Fagundes: “atuaram na Operação [Ibiúna] 95 agentes do DEOPS/SP. A ação contou, ainda, sem precisar o número de agentes, com o auxílio da Delegacia Regional de Sorocaba e de militares do 7º Batalhão da Força Pública de São Paulo [...]” (2018, p.104).

A ação foi amplamente divulgada na imprensa. E, sobre o episódio, o governador de São Paulo, Abreu Sodré, pronunciou-se de forma enérgica, conforme frisado:

[...] São Paulo (Sucursal) – “declaro que não permitiremos que os subversivos e terroristas agitem este Estado, em sua obra depredatória impatriótica de subverter a ordem, gerando a intranquilidade e o desassossego às donas de casa. Aos estudantes que desejam estudar, e que são maioria, e os trabalhadores de São Paulo, queremos afirmar que garantiremos com energia e autoridade a tranquilidade em nosso Estado, cuja população só deseja paz para trabalhar e progredir” [...] (Jornal *Correio da Manhã*, 13 de outubro de 1968, p. 2).

Enfatizando o clima violento vivido, em matéria publicada, também, no dia 13 de outubro de 1968, o jornal *Correio da Manhã*, noticiava o assassinato, em São Paulo, do oficial do exército norte-americano, o capitão Charles R. Chandler, como ação de “justiçamento” realizada por grupos “terroristas”. Contudo, é importante ressaltar que, a matéria questionava o envolvimento de grupos de esquerda e inferia que a ação tivesse sido realizada por “radicais” de direita, para pressionar o governo Costa e Silva a adotar medidas repressivas mais drásticas, justificadas pelo clima de “terror” que

o país vivia. Detalhando o acontecimento, a matéria destacava:

MADRUGADA DE TERROR

Na madrugada de ontem, em frente à sua residência, em São Paulo, na presença de um filho de nove anos, um oficial do Exército norte-americano, que há dois anos frequentava como bolsista a Universidade de São Paulo, foi brutalmente eliminado.

Com uma rajada de 14 tiros de metralhadora calibre 45, o bando assassino o fulminou. Ato contínuo à selvagem execução do capitão Charles R. Chandler, um grupo, que secundou a ação dos terroristas, espalhou um boletim que definia o trucidamento do oficial nestes termos: “Êste crime é uma punição da Justiça Revolucionária pelos crimes de guerra do Vietnam, onde o capitão Charles tem prestado serviços”. Documento de insanidade política, mas que nem por isto deixa de merecer exame. Os terroristas confessam que cometeram um crime – assassinato covarde. Em seguida definem a prática do crime como ato de punição. Mas, punição de que, em nome de quê? Em nome de uma “Justiça Revolucionária”, pela participação do oficial na guerra do Vietnam. *Justiça Revolucionária*, no Brasil soa como Justiça de Abril. Mas a referência a *crimes de guerra do Vietnam* tem conotação esquerdista. Uma coisa repele a outra. Tudo, porém, leva a crer que êsse antagonismo foi montado de propósito, para que se ponha na conta das esquerdas o atentado monstruoso, sem que se possa afirmar se seus autores procedem do radicalismo de esquerda como se sugerem ou do radicalismo de direita, como parece. Contudo, todos os indícios, além da moldura psicológica que fêz de São Paulo o cenário preferido das ações vandálicas da extrema-direita, levam a crer que o sacrifício do oficial norte-americano é ato da demência direitista.

Êsse, atentado representa ainda um esforço para criar dificuldades externas ao Brasil, na linha segundo a qual qualquer ameaça esquerdista mais grave, em nosso País, não deixaria indiferente o govêrno norte-americano. Tudo dentro de uma técnica que consiste em apresentar o País à beira de uma convulsão política, na qual até o extermínio de cidadão norte-americano ter-se-ia tornado legítimo (Jornal *Correio da Manhã*, 13 de outubro de 1968, p.6).

Em clara manifestação de repúdio ao clima repressivo, o jornal, divulgava na mesma matéria, a invasão da Casa do Estudante, no Rio de Janeiro, e denunciava as práticas de tortura cometidas pelos agentes do DOPS. Comparando os acontecimentos ocorridos em São Paulo e no Rio de Janeiro, em tom de protesto, posicionando-se, claramente, em defesa dos estudantes e tecendo duras críticas ao governo, a publicação da matéria evidencia que a imprensa, ainda, desfrutava de relativa liberdade:

[...] Tombava na madrugada de ontem, em São Paulo, o capitão Chandler. Na mesma madrugada e ontem, o DOPS invadia a Casa do Estudante, aqui na Guanabara, prendendo jovens indefesos, submetendo-os à tortura. O chefe da operação, policial Mário Borges, antes de remeter alguns dos moços à Penitenciária da Rua Frei Caneca, onde passaram pela prova de fuzilamento simulado, e de arrastar um outro à Praia do Flamengo, em cujas águas tentou afogá-lo, disse aos estudantes, acordados sob a mira das pistolas: “Não faremos com vocês nada do recomendado. Se fizéssemos, vocês seriam embarcados para outro lugar”.

Um episódio trágico, um episódio dramático. Entre os dois, na mesma madrugada, em São Paulo: o cerco e a prisão de centenas de estudantes, que se encontravam participando de um Congresso clandestino da UNE.

Por que Congresso clandestino? Por que conspiratório?

Não. Porque os congressos estudantis, que sempre foram aceitos por todos os governos como conclave normais, o Govêrno os lançou, de 64 para cá, na ilegalidade. Sua clandestinidade é consequência direta do clima repressivo em que afundou o País [...] (Jornal *Correio da Manhã*, 13 de outubro de 1968, p.6).

A prisão dos estudantes no XXX Congresso da UNE, continuava a repercutir na imprensa que evidenciava o acirramento do

conflito entre o movimento estudantil e o Governo Costa e Silva. Afirmando a “lógica” de que a repressão resultava em ampliação dos protestos, que gerava mais repressão e que suscitava mais protestos. E, ratificando a heterogeneidade dos estudantes, a imprensa destacava os movimentos de extrema-direita que combatiam o movimento estudantil identificado com as esquerdas, em ações violentas promovidas pelo Comando de Caça aos Comunistas – CCC -, e outros grupos anticomunistas:

FOGO NA VOLTA DOS ESTUDANTES À SEDE DA UNE

Protestando contra a prisão dos seus companheiros, em São Paulo, os estudantes cariocas voltaram, ontem às ruas. Desta vez a polícia chegou tarde, não conseguindo sequer impedir que uma viatura oficial fosse incendiada e que a antiga sede da UNE retornasse às mãos dos universitários, que ali fizeram um violento comício contra o governo. 2 horas depois do protesto dos estudantes fiéis à extinta UNE, a turma da extrema-direita (MAC, CCC e FUR) invadiu a Faculdade Nacional de Direito, rasgando cartazes e pichando paredes, onde colocaram a nova palavra de ordem, através do seguinte “slogan”: “para cada democrata morto, morrerão cinco comunistas” (Jornal *Tribuna da Imprensa*, 17 de outubro de 1968, p. 2).

A organização, estratégias e ações dos estudantes, também eram destaque na imprensa.

Mesmo após a prisão, durante a participação no XXX Congresso da UNE, os estudantes articulavam a eleição da presidência da UNE, fato que resultou na transferência e/ou liberação de estudantes, a fim de dificultar a organização e desmobilizar o movimento estudantil, conforme destaque:

POLÍCIA PERPLEXA: CONGRESSO NA CADEIA

São Paulo (Sucursal) – A política paulista está iniciando - dissolução do XXX Congresso Nacional da UNE que estaria sendo realizado dentro da prisão – liberdade de alunos e transferindo ou liberando outros para seus estados de origem [*sic*]. Cento e quarenta e oito estudantes paulistas que estão com prisão preventiva decretada foram transferidos do Presídio Tiradentes para a Casa de Detenção de Carandiru, sendo toda a movimentação realizada pela madrugada para não despertar curiosidade [...] Apesar de se encontrarem em celas separadas, os estudantes presos no Presídio Tiradentes podem eleger o novo presidente da União Nacional dos Estudantes atrás das grades. Para se comunicarem entre si, são usados inúmeros expedientes, como colocar mensagens dentro de sapatos e descê-los por meio de um barbante até a cela vizinha. Os presos alojados nas celas que não dão ao largo da Luz, quando vêem parentes ou jornalistas se aproximarem, lembram aos gritos que permanecem em greve de fome e ovacionam a UNE, pedindo liberdade enquanto cantam o hino nacional (Jornal *Tribuna da Imprensa*, 17 de outubro de 1968, p. 2).

308



Foto: *Jornal do Brasil*, 24 de outubro de 1968 - capa

Negando as expectativas do governo Costa e Silva, mesmo com o grande número de prisões efetuadas, durante o XXX Congresso da UNE, o movimento estudantil não foi desarticulado. Ao contrário, as manifestações continuavam e acirravam os ânimos, em resposta às medidas repressivas. Conforme afirma Fagundes: “[...] cerca de 2 mil estudantes realizaram uma reunião no Centro de Práticas Esportivas da USP (CEPEUSP). Segundo a imprensa paulistana, os estudantes debateram formas de auxiliar os colegas detidos” [...] (2018, p. 107).

Assim, os protestos estudantis multiplicavam-se e o clima violento vivido atingia, indiscriminadamente, manifestantes e não manifestantes, fato que a imprensa destacava em clara denúncia da escalada da violência e suas consequências:

Luís Carlos Augusto, 23 anos, escriturário, arrimo de família, não acreditou que as balas disparadas pela Polícia para dispersar uma passeata estudantil na Praça 11 fossem verdadeiras. Saiu para a sacada do prédio, nº 82, onde trabalhava, e mal teve tempo de se virar quando uma bala atingiu seu pulmão direito [...]

[...] O operário Clóvis Amorim foi atingido pelos tiros dos soldados da Polícia Militar, na Praça 11, e morreu quando transportado para o Hospital das Clínicas por ônibus da linha Jardim América-Tiradentes, que ia do centro para a zona norte. Durante a investida policial, o operário, de 22 anos, foi atingido na cabeça, chegando já morto, às 15h45m, ao hospital (*Jornal do Brasil*, 24 de outubro de 1968, p. 7).

A tensão vivida no país, a partir da ampliação das manifestações de oposição e das medidas repressivas adotadas pelas forças governamentais, favorecia a expectativa de setores, considerados mais “exaltados”, na edição do Ato Institucional nº 5. Contudo, a medida gerava polêmica, inclusive, entre os militares:

MILITARES REJEITAM EDIÇÃO DE NÔVO ATO

A edição de um novo Ato Institucional – o de número 5 -, que é defendida por alguns setores políticos e em reduzida área radical militar, não encontra a menor receptividade nos círculos moderados das Fôrças Armadas, principalmente junto á jovem oficialidade. Os radicais estão argumentando que seria melhor o presidente Costa e Silva baixar um Ato, “que se incorporaria à Constituição, do que decretar o estado de sítio”. Os oficiais jovens repudiam qualquer uma das hipóteses, afirmando que “o país não aguentaria uma nova crise”. A campanha pelas medidas de exceção está sendo feita, nos círculos políticos e militares, embora o presidente da República tenha declarado, na reunião do Alto Comando, que não pretende afastar-se um milímetro da legalidade democrática.

Embora não tenham sido revelados todas as intenções dos radicais, o Ato nº 5, pela vontade dêles, poderia abranger, inclusive “uma certa censura à imprensa”, além de atingir parlamentares e possibilitar o aumento da repressão contra as manifestações estudantis [...] (Jornal *Correio da Manhã*, 30 de outubro de 1968, 1º Caderno, p.2).

A violência e a heterogeneidade entre os estudantes universitários ganhavam destaque na imprensa. Ressaltando as ações do CCC, bem como a escolha do general-presidente Costa e Silva para paraninfo de formandos na Universidade de Santa Catarina, o jornal *Correio da Manhã*, em novembro de 1968, enfatizava a crise estudantil, o projeto de reforma universitária e as tensões vividas no processo:

CCC INVADE ARMADO E METRALHA ESCOLA FEDERAL EM RECIFE

Recife (TRP-CM) – Um grupo de 30 homens mascarados e armados do CCC – Comando de Caça aos Comunistas – invadiu ontem a Universidade Federal Rural de Pernambuco, destruindo máquinas, livros e mimeógrafos, em repetição dos atentados à

Universidade Católica e à Escola de Engenharia. Ao se retirarem, os terroristas metralharam a Casa do Estudante local, sem atingir ninguém (Jornal *Correio da Manhã*, 05 de novembro de 1968, p.11).

COSTA É PARANINFO EM SC E ANALISA A CRISE ESTUDANTIL

Florianópolis (correspondente) – O presidente Costa e Silva, ao paraninfoar, ontem, a turma de formandos da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade de Santa Catarina, referindo-se às últimas passeatas estudantis, afirmou que “os protestos dos moços não se dirigiam a nós, individualmente, mas a um Brasil entorpecido, desigual na distribuição do progresso e pobre no conjunto; a um Brasil que nós também desejamos ver renovado e esquecido” [...] Existe entre estudantes e o Govêrno um ponto para o qual convergem nossas aspirações básicas em relação ao futuro , entre elas a Reforma Universitária, que vos anuncio como praticamente concluída na sua estrutura legal”. O formando João Geraldo Seck, orador da turma de 1968 da Faculdade de Farmácia e Bioquímica, saudou o presidente Costa e Silva afirmando que “há milhares de razões positivas que atestam a felicidade de nosso gesto, mas a principal cabe à simplicidade, honestidade e franqueza com o que o sr. Presidente encara os problemas relacionados com a saúde e educação (Jornal *Correio da Manhã*, 06 de dezembro de 1968, 1º Caderno, p.9).

310

Durante a década de 1960, em meio a proposta e debates das reformas de base, a questão universitária foi tema amplamente debatido e pauta das reivindicações do movimento estudantil. Seminários organizados pela UNE foram realizados em 1961 e 1962, respectivamente, na Bahia e no Paraná. Sobre o debate, a urgência das mudanças, importância e alcance, destaca-se que:

[...] Nesse sentido, é possível entender porque o lugar do debate e da luta por uma nova universidade, comprometida com a construção de novos destinos - autônomos -

para o país teve então como importantes arautos os estudantes. Estes, ao reafirmarem a importância de uma formação voltada para atender às necessidades do país e pleitearem a ampliação do acesso a esse tipo de formação, estavam transformando a universidade em símbolo de mudanças estruturais, expressando preocupações da classe média (WEBER, 2014, p. 127).

E, em 28 novembro de 1968, a Reforma Universitária, amplamente debatida e que dividiu a opinião de estudantes, professores e reitores foi implantada através da Lei nº 5.540, que fixava as normas de organização e funcionamento do ensino superior no Brasil. Sobre suas características, temos como principal:

[...] Entre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação [...] (FÁVERO, 2006, p. 34).

Conforme aponta Motta, dentre as medidas implantadas, houve ampliação das vagas – reivindicadas pelo movimento estudantil –, contudo “tal expansão foi viabilizada pelo *boom* de instituições privadas, que tiveram maior crescimento, mas também pelo aumento de vagas nas instituições públicas” (2015, p.45).

Por fim, em meio à crescente manifestação da oposição e, a ampliação das medidas repressivas, o ano de 1968 foi encerrado, no Brasil, com a edição do Ato Institucional nº 5 – AI-5, em 13 de dezembro, após consulta e aprovação do Conselho de

Segurança Nacional. O Ato mantinha em vigor a Constituição de 24 de janeiro de 1967, com algumas modificações, dentre as quais a ampliação dos poderes do Executivo, que ficava autorizado a legislar em todas as matérias previstas na Constituição. A decisão adotada foi justificada nos seguintes termos:

[...] CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Resolve editar o seguinte ATO INSTITUCIONAL [...] (AI-5, Brasília, 13 de dezembro de 1968 – D.O.U).

Conforme o trecho citado, o governo “responsabilizava” as manifestações da oposição - para a edição do Ato, afirmando a necessidade de combater e destruir ações “subversivas”:

GOVÉRNO TEMIA ESQUEMA
SUBVERSIVO EM MARCHA

Ontem, nos próprios corredores do Ministério do Exército, numerosos oficiais conjecturavam em torno de quatro medidas: decisão forte, implicando fechamento do Congresso; decretação de novo Ato Institucional; e acatamento puro e simples da

decisão da Câmara, para posterior entendimento pessoal com o deputado Márcio Moreira Alves, com vistas a um desagravo às Forças Armadas. A hipótese de decretação do estado de sítio estava afastada, “devido à normalidade reinante em todo o país”.

O regime de prontidão, nos quartéis, foi decidido, em razão das informações de que haveria manifestações de rua, em todo o País, segundo o “esquema subversivo” descoberto. Os militares encarregados dos serviços de informação e segurança partiram do pressuposto de que os últimos acontecimentos significavam uma contra-revolução em marcha [...] (Jornal *Correio da Manhã*, 14 de dezembro de 1968, 1º Caderno, p.2).

Na mesma data da edição do AI-5, o Supremo Tribunal Federal, em decisão unânime, concedeu *habeas corpus* e ordenou a libertação dos principais líderes estudantis, presos durante a interdição do XXX Congresso da UNE: Vladimir Palmeira, Luís Travassos e José Dirceu.

Contudo, o movimento estudantil, bem como dos diversos setores de oposição ao Estado autoritário, estava em momento de refluxo e muitos migraram para as organizações armadas. A medida adotada pelo governo Costa e Silva deu início ao período denominado de “anos de chumbo”, caracterizado pelo recrudescimento das práticas autoritárias, cerceamento total das liberdades e ampliação do uso da violência contra os opositores – prisões, torturas, “desaparecimentos” de presos políticos e exílios.

Considerações finais

Após 50 anos das manifestações estudantis de 1968, vivemos num contexto de

polarização do debate no cenário político, crise econômica aguda, cortes nos investimentos que afetam a educação brasileira - “O bloqueio nas federais, que atinge R\$ 2 bilhões, compõe um contingenciamento total de R\$ 5,8 bilhões no MEC neste ano. Os congelamentos atingem recursos que vão da educação infantil à pós-graduação” (Jornal *Folha de São Paulo*, 06/06/19 - Caderno Educação) -, comprometendo o andamento dos programas e o desenvolvimento de pesquisas. Tais medidas, repercutem conseqüentemente, na mobilização de estudantes, professores e reitores de todo o país. Assim, discutir as demandas e ações dos estudantes na década de 1960, contribuem, portanto, para a reflexão sobre a defesa da **312** educação brasileira.

O movimento estudantil no Brasil, durante o ano de 1968, caracterizou-se como principal setor articulador dos debates sobre os projetos educacionais e de propostas de reformas no ensino. Reivindicava a ampliação do acesso ao ensino superior público, rejeitava os acordos MEC-USAID e a conseqüente influência norte-americana na educação brasileira, como a privatização do ensino superior - realidade vivida a partir da década de 1970, solução apresentada pelo governo militar para ampliar as vagas, - e protagonizou a oposição ao Estado autoritário.

Múltiplo e valendo-se de diversas estratégias, o movimento estudantil apresentava suas demandas e protestos. Foram duramente reprimidos com o uso indiscriminado de

violência, expulsão das respectivas universidades, prisões, tortura, mortes e exílios. E, apesar da ampla manifestação, suas reivindicações não foram atendidas. A reforma universitária promovida pela Ditadura Militar, contrariava as demandas dos estudantes organizados. As medidas seguiram a lógica da “modernização conservadora”, adotada pelos governos militares.

Por fim, refletir sobre o movimento estudantil no Brasil da década de 1960 e ações empreendidas para subjugar as manifestações contribui para a análise e discussão sobre as questões do presente: Qual a importância da educação? Qual o papel das universidades no desenvolvimento do país? Que modelo de ensino superior temos e queremos? Questões pertinentes no debate de ontem e de hoje.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Fundação Roberto Marinho, 2007.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. “Operação Ibiúna”: XXX Congresso da UNE sob o olhar da repressão política. In: MÜLLER, Angélica (Coord.) **1968 em movimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 101-116.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, v. 22, n. 28, p. 17-36, 2006.
- GOIRAND, Camille. Polícia e manifestantes nas ruas do Rio de Janeiro (1968-1978/1979). In: MÜLLER, Angélica (Coord.) **1968 em movimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 117-137.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As políticas universitárias das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 37-60.
- WEBER, Silke. Marcas da Reforma Universitária de 1968 e novos desafios para a universidade brasileira. **Estudos de Sociologia**, 313 v. 2, n. 15, p. 121-136, 2014.

NOTAS

ⁱ Professora Adjunta do curso de História da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Vinculada ao Grupo de Pesquisa – Laboratório de Estudos e Pesquisa em História e Culturas – DÍCTIS -, Linha de pesquisa: Música, musicalidade e experiências ético-estéticas. E-mail: valeria.alves@uece.br.

Recebido em: 25/06/2019.

Aprovado em: 27/07/2019.

Publicado em: 31/08/2019.